

ATA Nº 31 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PEDRÓGÃO GRANDE
Mandato 2017/2021

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, do mês de **setembro**. -----
Aos **dezassete dias** do mês de **setembro** de **dois mil e vinte e um** (sexta-feira), pelas dezasseis horas, reuniu a Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, na casa Municipal da Cultura, com a seguinte Ordem do dia: -----

Ponto Um - Período Destinado à Intervenção do público. -----

Ponto Dois - Período Antes da Ordem do Dia. -----

Ponto Dois, ponto um – Leitura e aprovação das Atas das sessões anteriores. -----

Ponto Dois, ponto dois – Informação do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente; -----

Ponto Dois, ponto três – Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local; -----

Ponto Três – Apreciação da informação escrita ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do nº2 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Verificada a existência de quórum, o **Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia**, interveio e deu início aos trabalhos. Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, nomeadamente, os membros do Executivo Camarário, os Deputados Municipais, o Público em geral, bem como os funcionários que se encontravam no exercício das suas funções, agradecendo a presença de todos. Prossiguiu e mencionou que a presente Sessão de Assembleia Municipal fora convocada por carta registada, na qual teria sido devidamente convocada nos termos da legislação em vigor, no que referia aos Membros da Assembleia. -----

O **Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Luís David**, solicitou que se procedesse à assinatura do livro de ponto, verificando-se as presenças dos seguintes Membros da Assembleia Municipal e as respetivas substituições dos Membros da Assembleia que faltaram justificadamente: **António Tomás Correia, Luís Manuel Piedade David; João Dias Gama; Luís Filipe Henriques Antunes; Carlos Manuel Simões Dias José; Fernando Gonçalo da Silva Fernandes; Nélia Maria Henriques Alves; José Jesus Seco da Cruz; Joaquim Coelho Baeta Graça; Luis Miguel Pereira Crespo; Rui Miguel Morgado Capitão; Humberto Fernandes Coutinho; Magda Sofia Alves David; Pedro Manuel da Silva Pereira**, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Graça; **Carlos Fernandes do Jogo**, enquanto representante da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande e **José António Dinis Henriques**, enquanto Presidente da Junta Freguesia de Vila Facaia. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo **Presidente da Câmara Municipal, Valdemar Gomes Fernandes Alves**, **Vice-Presidente Nelson David Fernandes**, pelo Vereador **Raúl José Piedade Baptista Garcia** e pela Vereadora **Maria Margarida David Lopes Guedes**. -----

O **Membro da Assembleia Municipal, Ricardo Dionísio Antunes da Mata Pereira** pediu substituição, mas não foi possível substituir. -----

A mesa da Assembleia Municipal teve a seguinte constituição: **Presidente da Assembleia Municipal,**



António Tomás Correia, Primeiro Secretário, Luís Manuel Piedade David, Segundo Secretário João Dias Gama. -----

Ultrapassados os constrangimentos quanto à composição da Mesa, o Presidente da Assembleia Municipal declarou estarem reunidas as condições para o normal funcionamento da Sessão da Assembleia Municipal, pelo que declarou aberta a sessão. -----

Ponto Um - Período Destinado à intervenção do público. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia, iniciou o presente ponto tendo questionado o público se alguém pretendia se inscrever para intervir, tendo-se verificado duas inscrições, do Sr. Luis Marques Cunha e do Sr. Wilson Fortes. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia, deu a palavra ao Múncipe na pessoa do **Senhor Luis Marques Cunha,** residente na Vila de Pedrógão Grande, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes no auditório da Casa Municipal da Cultura. Prosseguiu mencionando que tinha estado presente em todas as Assembleias Municipais com exceção da anterior. Disse que queria deixar um agradecimento a todos os eleitos, pelo esforço que tiveram em projetar este concelho no sentido positivo, no entanto também queria deixar o seu desagrado pelos eleitos que tentaram prejudicar este concelho. Afirmou que a presença dos eleitos seria fundamental para dar confiança aos eleitores, mas o que tinha vindo a observar nestas assembleias municipais seria a falta de eleitos, de membros referindo que quando as pessoas se disponibilizam para fazer parte de uma lista seria para assumirmos um compromisso com a população que os elegeu. Referiu que como múnice que esteve presente em todas as assembleias municipais, com exceção da última se sentia um pouco ferido enquanto eleitor de alguns membros da assembleia não estarem presentes. Finalizou a sua intervenção solicitando que os próximos eleitos tenham mais respeito pelos eleitores. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia, deu a palavra ao Múncipe na pessoa do **Senhor Wilson Fortes,** residente na Vila de Pedrógão Grande, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes no auditório da Casa Municipal da Cultura. Disse que seria a primeira vez que estava na Assembleia Municipal, e que estava presente porque tinha perguntas e queria respostas. Afirmou que vivia no concelho a cerca de doze anos, que tinha estudado e trabalhado e que nos últimos quatro anos que trabalhava por conta própria e que nesses quatros sentia muitas injustiças. Prosseguiu pedindo desculpas, dado que não tinha sido recebido pelo Presidente da Câmara Municipal, pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal ou por qualquer Vereador da Câmara Municipal, pelo seu ato de revolta no Edifício da Câmara Municipal. Referiu que procurou respostas e não as tinha obtido, mencionando que seria vítima, porque muitos estabelecimentos tinham horários de serviço até as duas horas da manhã, mas que no seu caso tinham reduzido o horário das duas da manhã para as onze da noite. Afirmou que a quatro anos se tinha deslocado à Câmara Municipal para solicitar ajuda na emissão das licenças, ao qual na Câmara Municipal informaram que seria uma competência da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande, tendo agradecido à Junta de Freguesia por ter emitido as

referidas licenças. Referiu que o que verificou foi que todos os outros estabelecimentos tinham licenças emitidas pelas Câmara Municipal e pelo prazo de um ano. Continuou mencionando que queria respostas, e queria a ajuda da Câmara Municipal, alegando ter sido perseguido pelos GNR, e se sentir revoltado ao ponto de cometer loucuras. Finalizou a sua intervenção solicitando ao Presidente da Câmara Municipal as respostas as suas questões. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia, interveio questionando o **Presidente da Câmara Municipal** se pretendia esclarecer os Municípes. -----

O Presidente da Câmara Municipal, Valdemar Gomes Fernandes Alves, fez uso da palavra informado o Senhor Wilson Fortes que a partir de dia vinte e seis de setembro teriam um novo presidente, e que esse iria com certeza resolver o assunto. Prosseguiu dizendo que relativamente aos horários, tinha conhecimento que efetivamente a Junta de Freguesia de Pedrógão Grande passava as licenças, no entanto tinha sido informado que a referida instituição não tinha competências para o efeito, tendo a GNR atuado. Disse que o Município estava no concelho há dezasseis anos, que tinha sido bem recebido pela população e que esta merecia respeito. Disse que o município estava integrado no concelho e que apenas reprovava o seu ato perante o Edifício da Câmara Municipal, no que dizia respeito à danificação dos vidros. Referiu que no que concernia as licenças, estavam regulamentadas e que a GNR, tinha o direito de as solicitar. Continuou mencionando que os problemas do município iriam ficar resolvidos com o próximo Executivo. Disse que o acordo que havia entre a Câmara Municipal e o município, da cedência da sala, que era de espera do terminal rodoviário, que fosse desocupada tal como era do conhecimento do Sr. Wilson Fortes, pois já devia ter sido desocupada em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, e até à presente data ainda não se verificou. Afirmou que o Sr. Wilson Fortes, estava a ocupar um espaço dos condóminos, pois não se tratava de um espaço público, mencionando que o município estava dentro de um município. Finalizou a sua intervenção dizendo que quando se dirigisse à Câmara Municipal a solicitar os horários, que entregasse as chaves da referida sala pois seria propriedade da Câmara Municipal. -----

O Município **Senhor Wilson Fortes,** retomou a palavra dizendo que relativamente à sala que o Presidente da Câmara Municipal teria razão. Disse que essa sala lhe tinha sido entregue aquando pegou no estabelecimento. Referiu que lhe informaram que ao longo dos anos aquela sala tinha sido ocupada pelos diversos comerciantes que por ali passaram. Disse que ocupou aquela sala tal como os outros tinham feito, atendendo a que as pessoas ocupavam a sua casa de banho mencionando que a casa de banho que estava na esplanada não tinha uso. Disse que tinha feito a esplanada indevidamente, com o conhecimento do Presidente da Câmara Municipal em que o mesmo o autorizou a fazer, mas que nada tinha ficado por escrito. Continuou dizendo que lhe exigiram licenças e que a Câmara Municipal se recusava a atender, mencionando que teve de recorrer a pessoas com conhecimentos para que o pudessem ajudar. Finalizou a sua intervenção dizendo que desocupava a

sala, no entanto solicitava que fossem abertas as casas de banho ao público, de modo que as suas não fossem usadas e para não gastar muito dinheiro em produtos de limpeza. -----

O **Presidente da Câmara Municipal, Valdemar Gomes Fernandes Alves**, usou da palavra afirmando que nos últimos dias deste mandato que a porta da Câmara Municipal estava aberta para o ajudar a resolver todos os assuntos necessários. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia**, interveio esclarecendo o Município Wilson Fortes que pretendia intervir novamente, que o Presidente da Câmara Municipal tinha informado que a Câmara Municipal estava disponível para o ajudar. -----

Ponto Dois - Período Antes da Ordem do Dia. -----

Ponto Dois Ponto Um – Leitura e aprovação das Atas das sessões anteriores.

O **Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia**, usou da palavra mencionando que as atas foram previamente, no entanto teriam sido solicitadas correções a uma das atas, pelo que se não houvesse mais nenhum inconveniente passariam à votação. -----

O **Membro da Assembleia Municipal, Luis Crespo**, solicitou a palavra, a qual lhe foi concedida. Disse que tinha circulado um email relativo a ata número trinta, e relativamente à declaração de voto por si entregue nessa reunião. Afirmou que foi posta em causa nesse email o compromisso com esta assembleia municipal, que esperava que não voltasse a acontecer até porque trabalhava com instituições públicas a muitos anos. Finalizou a sua intervenção dizendo que esperava que não fosse uma campanha difamatória que acontecia sobretudo na freguesia de Vila Facaia e que não o podia permitir na Assembleia Municipal. -----

O **Membro da Assembleia Municipal, Rui Capitão**, interveio esclarecendo que o email circulou por todos os membros da Assembleia Municipal, que segundo a legislação em vigor o Membro da Assembleia Municipal, Luis Crespo, não leu pelo que não poderia ser transcrita para a ata, que se tratava de um ato soberano e não de nenhum ataque. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia**, retomou a palavra dizendo que a mesa não se arrogava, porque nunca se tinha arrogado, porque o direito de entender com todo o rigor de todas as declarações que eram feitas e por isso a mesa nunca tinha uma atitude censora relativamente aquilo que cada um entendia constar da ata, mencionando que foi o que se passou. -----

O **Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Luis David**, usou da palavra dizendo que tinha sido a sua pessoa a conduzir os trabalhos e, que foi entregue a mesa da assembleia municipal, e à funcionária da Câmara Municipal que estava ao serviço, no entanto não tinha sido lido. Disse que por lapso



constou da ata que a referida declaração tinha sido lida, tendo sido acatado o conselho do Membro da Assembleia Municipal, Rui Capitão, de retirar o contexto da declaração de voto do Membro da Assembleia Municipal, Luis Crespo, referindo que ficava escrito em ata que a mesma foi entregue à mesa não podendo ser reproduzida porque não foi lida, mencionando que aquele tinha sido o seu entendimento. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia, fez referência à ata número trinta, de treze de agosto de dois mil e vinte e um, foi posta a votação, sendo aprovada por maioria, com catorze votos a favor e três abstenções dos Membros da Assembleia Municipal, Joaquim Coelho Baeta Graça, Magda Sofia Alves David e o Presidente de Junta de Pedrógão Grande, Carlos Fernandes do Jogo, que justificaram a sua intenção de voto com o fato de não terem estado presentes na Sessão de Assembleia Municipal em causa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia, fez referência à ata número vinte e nove, de trinta de junho de dois mil e vinte e um, foi posta a votação, sendo aprovada por maioria, com doze votos a favor e cinco abstenções dos Membros da Assembleia Municipal, Rui Miguel Morgado Capitão, Fernando Gonçalo da Silva Fernandes, Magda Sofia Alves David, Joaquim Coelho Baeta Graça e o Presidente de Junta de Pedrógão Grande, Carlos Fernandes do Jogo que justificaram a sua intenção de voto com o fato de não terem estado presentes na Sessão de Assembleia Municipal em causa. -----

Ponto Dois Ponto Dois – Informação do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente -----

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia informou os presentes da correspondência recebida, tendo a mesma sido distribuída pelos serviços, no entanto fez referência à correspondência da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a qual tinha sido aprovada em conselho nacional e fazia referência à duração do mandato. Finalizou dizendo que também tinha sido distribuído pelos serviços a moção relativa ao Hospital dos Covões, a qual tinha sido dado conhecimento na Assembleia Municipal de 30 de junho. -----

Ponto Dois, ponto três – Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local; -----

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia, questionou a Assembleia se alguém pretendia intervir e apurou as inscrições dos Membros da Assembleia Municipal, Rui Miguel Morgado Capitão, Luís Miguel Pereira Crespo, Magda Sofia Alves David, Pedro Manuel da Silva Pereira e Luís Manuel Piedade David. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Rui Capitão, iniciou a sua intervenção cumprimentando a mesa da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, Membros da Assembleia Municipal e público em geral. Prosseguiu a sua intervenção dizendo que efetivamente se os vidros do

Edifício da Câmara Municipal seria de lamentar e condenar pela atitude, no entanto não causava admiração pois o Munícipe não era recebido pelos membros do Executivo Municipal. Continuou dizendo que teve conhecimento de uma notícia e a mesma não tinha sido desmentida e que era “O Presidente da Câmara Municipal vem gorar-se de vender terreno por trinta e cinco euros”, que se tratava de um investimento para uma superfície comercial, que iria custar cerca de dois milhões de euros, que iria criar vinte e cinco postos de trabalho e nesse sentido questionava o Presidente da Câmara Municipal que negócio seria aquele e a que terreno se referia. -----

O **Membro da Assembleia Municipal, Luís Crespo**, interveio cumprimentando os Membros da Assembleia Municipal e o público em geral. Prosseguiu e leu a seguinte declaração:

“Ex. m. ^a Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex. m. ^a Senhor Presidente da Câmara Municipal

Ex. m. ^a Senhora e Senhores Vereadores

Ex. m.^{as} Senhoras e Senhores Deputados

Ex. m.^{as} Senhoras e Senhores Presidentes de Junta

Caras e Caros Pedroguenses Presentes

Chegados, ao fim do mandato, entendem os deputados municipais, eleitos nas listas do PS, ser seu dever fazer um balanço do seu desempenho no Órgão para o qual fomos eleitos.

Prestar contas, para além de um dever, é uma obrigação.

Em nome da Bancada que represento, digo-vos que é com satisfação que podemos afirmar tê-lo terminado com o doce sentimento do dever cumprido. Nesse balanço podemos questionar-nos:

– Cumprimos tudo o que nos propusemos?

- *Provavelmente não.*

- Fizemos tudo o que estava ao nosso alcance?

- *Provavelmente sim.*

Então, como é costume dizer-se, podemos concluir que “quem faz o que pode faz o que deve”;

Esse sentimento está alicerçado naquilo que foi a nossa participação neste Órgão, enquanto eleitos locais, o de sempre procurar respeitar e honrar todos aqueles que nos elegeram como seus representantes.

Salientamos que exercemos o nosso mandato com total liberdade, mas sempre com a máxima responsabilidade;

Caras e caros deputados

Em 2017, propusemos um novo projeto político para a Vila e para o concelho, sustentado nos valores da cidadania.



Nesse ano e neste mesmo auditório, assumimos com os Pedroguenses um compromisso de absoluta lealdade.

É, pois, com humildade democrática, mas também com profunda convicção nas nossas ideias e valores, que reconhecemos que temos sabido interpretar as aspirações mais profundas dos Pedroguenses.

Este é, portanto, o momento de expressar a nossa profunda gratidão aos Pedroguenses pela confiança que em nós manifestaram.

Em democracia, como sabemos, o poder emana do povo, através dos seus representantes, e é isso que define cada um dos membros eleitos: representam o povo e não a si próprios ou às suas conveniências pessoais.

Para nós, a política só faz sentido se for dirigida aos cidadãos!

Caras e caros deputados

A situação política da Câmara Municipal nos últimos tempos não foi fácil, mas com coragem e determinação continuamos o nosso projeto político, sem nunca nos desviarmos do rumo traçado e sem nunca perder de vista o supremo interesse dos Pedroguenses.

Não fugimos aos nossos deveres e às nossas responsabilidades!

Os Pedroguenses acreditaram em nós, nas atitudes políticas que tomámos.

A Assembleia Municipal, é o principal fórum da democracia no concelho, que tem de ser dignificada e valorizada, até porque é aqui que se discutem e decidem as opções políticas para o concelho e que afetam a vida quotidiana dos Pedroguenses.

Fizemos deste órgão autárquico um reflexo do dinamismo político e social do concelho, pautado pelo respeito mútuo e pela ordem democrática.

Permitam-me expressar a minha satisfação pela qualidade da mesa da Assembleia, eleita.

Um agradecimento à memória de todos os que já partiram, delegado na pessoa do Sr. Fernando Antunes o contributo em prol da democracia Pedroguense.

Permitam-me, ainda, uma felicitação muito especial ao Dr. Tomás Correia pela forma como sempre presidiu a este órgão, sobretudo nos momentos mais difíceis de condução dos trabalhos, mantendo a sua serenidade e conhecimento de forma a boa conclusão dos trabalhos no Superior interesse dos Pedroguenses.

Ao longo destes quatro anos esta bancada teve sempre uma atitude construtiva, respeitadora, solidária, cordial, diria mesmo, amistosa, apesar das diferenças, nomeadamente ideológicas, por isso podemos firmar, com algum orgulho, que estivemos à altura do mandato que nos foi confiado.

Devemos ter sempre presente que a política é feita por pessoas, para pessoas.

A minha última palavra, como não podia deixar de ser, é, obrigatoriamente, de agradecimento para todos aqueles que em nós confiaram.



Aproveito também o momento para exortar todos os futuros eleitos para que sejam magnânimos e consigam os entendimentos e os consensos necessários à reconstrução de todo um povo credor do esforço e do respeito de todos nós.

Para nós, o propósito traçado em 2017 mantém-se: deixar o concelho melhor do que o encontrámos e terminar este ciclo político com o sentimento do dever cumprido.

Estamos certos que assim será!

Muito obrigado!

Viva Pedrógão Grande!"

O **Membro da Assembleia Municipal, Magda David**, fez uso da palavra cumprimentando todos os presentes. Prosseguiu agradecendo a Junta de Freguesia da Graça pelas obras feitas na Freguesia. Disse ter tomado conhecimento que estaria para breve a inauguração da Capela da Nossa Senhora das Brotas, solicitava ao Executivo Municipal que a mesma se realizasse ao fim de semana. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Graça, Pedro Pereira**, que iniciou a sua intervenção cumprimentando o Presidente da Assembleia Municipal, os membros da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal, Vereadores e público em geral. Prosseguiu dizendo que estávamos na última Assembleia Municipal, que tinham passado quatro anos. Agradeceu as palavras do Membro da Assembleia Municipal, Magda David. Referiu não serem quatro anos fáceis, porque existia pessoas a dizerem que não havia obras na freguesia, disse que existia ainda alguns compromissos, referindo que se conseguiu o porquê de os outros não conseguirem. Finalizou a sua intervenção dizendo que a obra ficava, no entanto estava de saída, agradecendo a todos pela forma como o acolheram. -----

O **Membro da Assembleia Municipal, Luís David**, interveio cumprimentando os Membros da Assembleia Municipal e o público em geral. Prosseguiu e leu a seguinte declaração:

"Errar é humano, culpar outra pessoa é política.

Gostaria de Vos dizer que foi uma honra trabalhar convosco.

Agradecer pela oportunidade que foi proposta e dada de poder contribuir para a minha terra, de poder crescer enquanto comum cidadão.

Agradecer a forma como me receberam e apoiaram no desenrolar das nossas assembleias, todos nós temos pontos de vistas diferentes, mas no calor da discussão quero e creio que todos o fizemos por amor à nossa terra.

Sinto que o fiz foi em plena consciência que estaria a fazer o melhor para Pedrógão Grande.

Peço-vos desculpa se de alguma forma fui menos correto com alguém, mas também sou um entusiástico com limites humanos como todos nós.

Errar é humano, culpar a outra pessoa é política.

Espero voltar a nos acompanharmos nestas assembleias, mas eu noutra posição que não esta que desempenho agora.



*Um bem-haja a todos.
Viva Pedrógão Grande."*

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para este proceder aos esclarecimentos necessários. -----

O Presidente da Câmara Municipal, Valdemar Alves, interveio esclarecendo o **Membro da Assembleia Municipal, Rui Capitão**, que desconhecia a notícia a qual se referia. Disse que o valor de venda do terreno estava no regulamento aprovado no mandato do então Presidente da Câmara Mário Fernandes. Afirmou que a vontade do povo pedroguense era ter uma superfície comercial no concelho. Continuou mencionando que foi presente a duas reuniões ordinárias do Executivo Municipal, que se tratava de uma proposta para discussão e não para venda, no entanto os Vereadores numa das reuniões não compareceram e na outra abandonaram a reunião. Prosseguiu dizendo que seria mais uns anos que os pedroguenses ficariam sem superfície comercial. Finalizou a sua intervenção informando o **Membro da Assembleia Municipal, Magda David**, que a competência da inauguração da Capela Nossa Senhora das Brotas era da Fábrica da Igreja. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Rui Capitão, solicitou a palavra que lhe foi concedida, dizendo que lhe podia fornecer a notícia, uma vez que a mesma foi publicada no Diário de Coimbra e circulava no Facebook, no entanto mantinha as suas questões, se o negócio tinha sido inviabilizado uma vez que os Vereadores não compareceram e qual era o terreno a vender. -----

O Presidente da Câmara Municipal, Valdemar Alves, retomou a palavra dizendo que nada mais tinha a acrescentar relativamente ao assunto em questão. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Rui Capitão, solicitou a palavra ao qual o Presidente de Assembleia Municipal, António Tomás Correia, não consentiu e o Membro da Assembleia Municipal ausentou-se da assembleia municipal, dizendo que se tratava de uma ditadura. -----

Tomou posse da palavra o **Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia** dizendo que situações destas foram usuais ao longo destes quatro anos. Disse que uma notícia que saiu sem fundamento, conforme explicação dada pelo Presidente da Câmara Municipal se tinha tornado num problema. Afirmou que conhecia o Presidente da Câmara Municipal, Valdemar Alves, desde criança não acreditava que este fosse capaz de prejudicar o concelho, mencionando que pelo que tinha conhecimento o Presidente da Câmara Municipal, Valdemar Alves, fez tudo em prol do concelho. Continuou dizendo que não aceitava lições de democracia, porque tinha lutado contra a ditadura. Finalizou a sua intervenção dizendo que se tratava de uma falta de respeito pela Mesa, uma falta de respeito pela Assembleia Municipal, uma falta de respeito pelos munícipes presente e uma falta de respeito pelas mulheres e homens de Pedrógão Grande. -----

Ponto três – Apreciação da informação escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do Artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para este proceder à apresentação do ponto. -----

O Presidente da Câmara Municipal, Valdemar Alves interveio dizendo que os documentos estavam na posse de todos os Membros da Assembleia Municipal, relativos ao assunto, no caso de existirem dúvidas estava disponível para responder. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia, disse que dado não haver inscrições se dava por encerrado o ponto três. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia, usou da palavra dizendo que tinham chegado ao fim da ordem de trabalhos, e pela ordem ao fim da assembleia municipal que se tratava da última. Pediu a compreensão dos Membros da Assembleia Municipal, uma vez se tratar da última assembleia, no que dizia respeito aos Vereadores que para estes falares o Presidente da Câmara Municipal tinha de consentir. Afirmou que era dia de ultrapassarmos isso tudo, e como a Vereadora Maria Margarida David Lopes Guedes solicitou a palavra no início, referiu que iria passar a palavra. ----

A Vereadora Maria Margarida David Lopes Guedes, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Disse que a sua intervenção se devia porque cessava as suas funções enquanto Vereadora. Afirmou que foi uma honra pertencer a este órgão deliberativo, mencionando que o contexto dos últimos quatro anos não foram os mais fáceis. Finalizou a sua intervenção agradecendo a todos os Membros da Assembleia Municipal o respeito, a lisura enquanto Vereadora. -----

Na sequência das intervenções anteriores, o Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia, disse que pretendia dizer algumas palavras, que abaixo se transcreve: -----

“Na medida em que, embora haja a assembleia municipal posterior às eleições do próximo dia 26, a mesma visará tão só conferir posse aos novos órgãos eleitos, que não integrarei por não ser candidato.

É, portanto, este o momento de dar nota do que foi a minha experiência, na minha única vivência como eleito para um órgão político, neste caso para a assembleia municipal de Pedrógão Grande, que é a minha terra. Quem comigo lidou, quem leu uma ou outra entrevista que dei e em que tive oportunidade de falar de Pedrógão Grande, há um sublinhado que sempre consta das minhas declarações: “O meu caminho, a minha vida foi, fundamentalmente, fruto das ajudas e dos ensinamentos que as mulheres e homens de Pedrógão Grande me proporcionaram. Foi aqui que forjei

a minha personalidade, foi aqui que desenvolvi a minha determinação, e a enorme vontade de ter uma vida melhor”.

Depois do trabalho no campo a partir dos dez anos e cerca de um ano e meio de trabalho na empresa Adelino Pereira Marques, saí de Pedrógão Grande, no dia 05 de novembro de 1960, ainda não tinha 15 anos, a caminho de Lisboa, para trabalhar na UTIC, que já não existe, onde aprendi a arte de bate-chapas. Em simultâneo, quase com 19 anos, comecei a estudar à noite, fiz o liceu, e licenciiei-me em Direito.

A terminar o liceu fui admitido na Caixa Geral de Depósitos, em 5 de junho de 1967, com 21 anos de idade, onde fiz carreira, desde empregado administrativo até ao seu Conselho de Administração. Muito jovem, iniciei a minha carreira de gestor no sistema financeiro, primeiro na Caixa Geral de Depósitos, até agosto de 2003, depois, no Montepio, até ao final de 2019.

Dediquei-me totalmente à minha profissão, tive responsabilidades em Portugal e no estrangeiro, recusei muitos convites para me envolver em projetos políticos, embora seja o militante número 75, em termos nacionais, do Partido Socialista.

Mantive a minha ligação a esta TERRA, a minha TERRA, como gosto de dizer, ainda que uma ligação ténue durante muitos anos, que se traduzia nas visitas à família e aos amigos por escassos dias, duas ou três vezes por ano.

Depois, por insistência do Valdemar, acabei por me ligar à Santa Casa da Misericórdia, onde fui o presidente da Mesa. O Luís Filipe foi presidente do Conselho Fiscal, estivemos ali dois mandatos se não estou em erro. Dois mandatos muito interessantes, onde se discutiu abertamente tudo o que foi necessário, no maior respeito pelos valores da democracia e pelos valores de uma grande instituição da economia social, como é a SCMPG.

Em 2017, aceitei ser candidato à Assembleia Municipal, tendo merecido a confiança dos eleitores para ser o presidente desta Assembleia Municipal. Tomada a posse, pedi escusa do meu lugar de Presidente da Mesa da SCMPG. Não porque entendesse que era incompatível acumular os dois cargos, mas porque considero que as pessoas não se devem reproduzir em lugares diferentes, em simultâneo. É do maior interesse para Pedrógão Grande e as suas Mulheres e Homens envolver o maior número possível de pessoas nas nossas instituições, desde a Câmara Municipal, aos Bombeiros, à Escola (ETPZP), à Santa Casa da Misericórdia, à Filarmónica, ao Recreio, etc.. Tive oportunidade de explicar este meu entendimento nos locais e momento próprios.

As razões da minha candidatura a este lugar de natureza política, o único na minha vida, fundaram-se na tragédia que assolou Pedrógão Grande, em 17 de junho de 2017, em que avulta o significativo número de mortes, em consequência dos incêndios, que, mais uma vez, tiveram lugar neste território. E digo mais uma vez, porque quem aqui vive bem sabe que os incêndios são uma constante na nossa terra, onde, estou mesmo convencido, não haverá uma pequena parte sem arder, nos últimos 50 anos. O que agora escapou entre a Nacional 2 e o Rio já foi consumido pelas chamas noutra qualquer altura.

428



O fogo, com efeito, faz parte da vida das mulheres e homens desta terra, de todos aqueles que aqui vivem e de todos aqueles que aqui viveram.

Porém, esta calamidade tem crescido exponencialmente com a desertificação, o abandono e o desordenamento do território, que não deixam espaço para uma exploração economicamente viável da floresta e da terra, em ordem a alimentar as aspirações de progresso de todos os que aqui vivem, ou pretendam viver. Este território sofre as consequências do abandono a que todo o interior tem sido votado pelos poderes públicos do país.

A tragédia de 2017 teve o potencial, pelo elevado número de mortes, para mostrar ao país esse estado de abandono, comprovado, aliás, volvidos três meses, pelos incêndios que varreram toda a zona centro, praticamente da fronteira com Espanha até ao mar.

Confesso que tive muita dificuldade em gerir aquele momento. Na noite dos incêndios, estava a ver o último noticiário e apercebo-me da tragédia, anunciavam-se 15 mortes, uma calamidade em que não queria acreditar, numa atitude quase negacionista, mas, infelizmente, a realidade era bem mais trágica e as mortes cresceram até ao número de 66.

Durante uns tempos, dois meses ou perto disso, sempre que falava ou me lembrava de Pedrógão, emocionava-me e, por vezes, chorava sozinho. Não entendia e não aceitava que as nossas pessoas estivessem sujeitas ao risco de morte na terra onde viviam por incúria dos principais responsáveis do país. Não consegui explicar o que se passou, no Conselho Geral do Montepio, que teve lugar pouco depois. Ao tentar fazê-lo, chorei compulsivamente. Ainda hoje me emociono quando me lembro desses tempos. Ainda hoje choro sozinho. E foi por isso que aceitei ser candidato à Assembleia Municipal. Considerei que era meu dever aceitar ser candidato, quando, antes, recusei. Entendi que devia ser candidato, porque estava convencido que podia ajudar. Ajudar a que os mais altos responsáveis deste país vissem aquilo que era preciso fazer. Ajudar a construir uma visão de desenvolvimento para esta terra, tendo em conta, as suas vantagens comparativas, que bem conheço e entendo que sem as considerar o desenvolvimento não será possível. Quem quiser desenvolver uma região, enfim, copiando aquilo que os outros fazem sem atender às vantagens comparativas dessa região, não vai longe. Não vai longe, porque lhe falta tudo. Desde logo, porque não aproveitam o potencial existente e a capacitação humana, que lhes está associada.

Considerava que conseguia ajudar na seleção dos caminhos a seguir, mas a experiência mostrou-me que o interesse dos principais responsáveis do país era muito pouco e não teve consequências práticas, nestes quatro anos, que, visivelmente, ultrapassassem as habituais visitas a este território pelo aniversário da tragédia e das mortes.

O Estado Português disponibilizou cerca de 2,5 milhões de euros para ajudas à agricultura, uma escassa contribuição para ajudar a zona do Pinhal interior norte a recuperar das consequências daquela tragédia. Mas se esse contributo foi uma marginalidade, permite claramente perceber a aderência da visão do estado central à recuperação das consequências da calamidade.



Ao invés, a generosidade do POVO PORTUGUÊS, de algumas instituições nacionais e do Estado Timorense, foi muito mais além do que o contributo do Estado português, na medida em que os montantes por eles doados ultrapassaram os 3,5 milhões de euros. Deste montante de donativos o Estado retirou o 1,5 milhões de euros para agricultura, restando somente dois milhões dos ditos donativos, que constituíram a única ajuda para a recuperação parcial do património urbano destruído pelo fogo. Considere-se que esse património urbano consistia em cerca de 500 imóveis.

Contrariamente ao fraco empenhamento do estado central, assisti ao longo do mandato, ao esforço dos órgãos autárquicos, desde as juntas de Freguesia, à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal, no sentido de encontrar e construir soluções que melhorassem as condições de vida das nossas pessoas. Assisti aos gigantescos trabalhos realizados, no contexto de calamidade, para recuperação da normalidade da vida na nossa terra.

A freguesia de Graça fez, de facto, um trabalho muito intenso, o que gostaria aqui, também, de realçar na sequência daquilo que foi dito. Por uma observação direta de passar e de ver, mas também pelo grande empenhamento a propósito das questões concretas que o Pedro Pereira foi fazendo nas diversas sessões da Assembleia Municipal. O modo como intervinha, o modo como às vezes se indignava a propósito, por exemplo, das participações da Câmara Municipal, mas também perante os projetos em curso e idealizados. Não tenho, igualmente, dúvidas que os progressos que se fizeram na junta de freguesia de Pedrógão Grande em matéria de atendimento das pessoas, com reforço da confiança entre eleitores e eleitos, foi notável. Não tive oportunidade de aprofundar muita informação sobre os trabalhos desenvolvidos em Vila Facaia, talvez devido ao facto de as minhas relações pessoais na freguesia não serem significativas, para poder desenvolver conversas sobre as questões de política local, apesar de no passado ter ordenado a instalação de uma máquina bancária para serviço das pessoas da freguesia. Confiavam, com certeza, mais no Presidente do que em mim, o que é perfeitamente natural, porque eu não acrescentava rigorosamente nada ao que a Junta de Freguesia fazia.

Acompanhei de perto o esforço que a Câmara Municipal fez, a persistência constante do Presidente Valdemar Alves, para que os problemas fossem encontrando soluções adequadas, para que tudo se fosse encaixando, para que pudéssemos voltar tão rápido quanto possível à normalidade, depois da tragédia. Acompanhei a forma, muitas vezes desgostosa, como ele, muitas vezes sozinho, foi enfrentando os desafios. Como ele não obtinha resposta, ou respostas, àquilo que entendia dever ser suportado por outras instâncias do poder neste país. Assisti ao desgosto, ao desconforto, que ele tinha por continuarmos a assistir a uma floresta crescentemente desordenada, porque, se até aqui nós falávamos no pinhal, agora só temos razões para falar no eucaliptal.

Infelizmente, essa é uma dura realidade. Ainda hoje, vindo pelo IC8, desde a A13, comprovei que à esquerda e à direita só há eucaliptos. Quando, aqui e além, aparece uma clareira com pinheiros, é um oásis no meio do eucaliptal. Não sou contra o eucalipto, entendo que eucalipto tem um lugar na nossa floresta. É importante e será importante para a nossa floresta, mas temos de ter uma floresta

ordenada, uma floresta diversificada, uma floresta que nós podemos pensar a partir de alguns dos escritos antigos de há 150 anos atrás e também de estudos realizados nos anos 50 do século passado e que devem encontrar-se nos arquivos do Ministério da Agricultura, ou de um qualquer dos seus departamentos. Como podemos ordenar a nossa floresta, o que podemos plantar e onde e depois como é que a podemos manter e desenvolver. E como é que, a partir dela, nós podemos alavancar um projeto de desenvolvimento para a nossa terra: o turismo, a indústria da madeira, a agricultura com unidades económicas viáveis, protegidas por manchas de floresta que protejam as culturas das intempéries e das pragas.

Estamos perante um desafio de longa duração, no mínimo para uma geração, que deve ser estruturado a partir de um forte empenhamento dos poderes centrais. Todavia, o que sabemos a partir da dura experiência de muitos anos, mas de forma incompreensível do que vivemos nos últimos quatro anos, é que lutámos e estamos sozinhos. O que tivemos de verdadeiramente importante foi a generosidade dos portugueses, a quem o POVO de Pedrógão Grande está muito grato. Além disso, em rigor e com sentido prático, contámos, como já disse, com a honrosa presença dos altos responsáveis do Estado Central nas missas anuais, por ocasião dos aniversários da tragédia. Esperava muito mais dos poderes centrais, não em contexto de esmola, porque os PEDROGUENSES não querem favores dessa natureza, mas reclamam os seus direitos, nomeadamente o cumprimento dos deveres dos nossos mais altos representantes para com todos os portugueses e regiões, no combate à desertificação, no combate à ausência de coesão territorial e abandono do interior, onde avulta toda a zona do pinhal interior norte, que é, de facto, a maior ilha do país.

É um dever honrar os mortos, é mobilizador contar com os mais altos responsáveis do país nessa homenagem, mas é fundamental, como dizia o Marquês de Pombal, cuidar dos vivos. Precisamos de criar condições para uma vivência, que pode ser das melhores do nosso país, nesta terra. Nós temos tudo, temos espaço, temos uma fraca densidade populacional, podemos chamar pessoas. Temos água, temos património. Temos tanta coisa e não somos capazes de aproveitar. Quer queiramos, quer não, nós não temos meios financeiros. Não temos meios humanos para isso. O país precisa de uma nova política para o Interior há muitos anos.

Lamentavelmente, não me apercebi de qualquer preocupação por este desafio por parte dos poderes centrais, nos últimos quatro anos, também não sinto esse empenhamento a partir do que se conhece do PRR e face ao que está em causa, porque estamos a falar de questões jurídicas, associativas, de cadastro, de enquadramento económico e financeiro, mas, sobretudo, de vontade para pôr em marcha um plano que recupere o interior, com o seu enorme potencial, do quadro de abandono à pobre situação de desertificação e com uma população envelhecida, como, hoje, se observa. Com as políticas que temos observado, este desafio não vai ser cumprido.

Vamos continuar abandonados, desprezados e vilipendiados. Se dúvidas houvesse, bastaria refletir sobre o que alguém classificou como “os julgamentos da vergonha”. Acredito na justiça portuguesa e não creio que possa encontrar-se matéria que permita vislumbrar dolo a qualquer título da parte dos

nossos autarcas e responsáveis dos bombeiros. As condições, em que o fogo apareceu e se desenvolveu, temperatura, ausência de humidade, vento, acessos inúmeros à EN 236, etc., estavam muito para além das capacidades humanas e dos meios disponíveis no território, para combater a tragédia. Vou mesmo mais longe para afirmar que nem o país estava preparado para isso. Caso contrário, ter-se-ia evitado a destruição posterior, ocorrida a 15 de outubro do mesmo ano, de grandes proporções e também com a ocorrência de inúmeras mortes. Ao invés do que aconteceu com Pedrógão Grande ninguém dos mais altos responsáveis políticos do país veio pedir a condenação dos culpados, quando até o Pinhal de Leiria, creio que de gestão pública, não escapou à tragédia. Não conheço, na verdade, quaisquer processos, ou sequer tentativa de busca de culpados, na sequência do ocorrido, no dia 15 de outubro de 2017. Mas, aqui, aconteceu, porque esta Ilha, que é uma Ilha, de facto, abandonada há muitos anos, em que as pessoas estão envelhecidas e deixadas à sua sorte, não se apresentam com força e determinação bastantes, para combater também esta clara desigualdade e discriminação.

A partir desta intervenção e de outras que fiz ao longo das nossas sessões, durante estes quatro anos, percebe-se o entusiasmo que me levou a aceitar ser o Presidente da Assembleia Municipal e também a desilusão, quase exclusivamente em função da observada incapacidade, ou desinteresse, do poder central, para enfrentar o grande desafio que se coloca ao país em relação ao nosso território e às nossas gentes, através da elaboração de um plano de longo prazo, em articulação com os eleitos locais, para mobilização de meios humanos e financeiros necessários à concretização de tal plano.

Essa desilusão levou-me a concluir que o meu contributo para vencer os grandes desafios que enfrentamos se apresentaria fraco de utilidade, razão por que passei a ponderar negativamente qualquer ideia de voltar a ser candidato. Quaisquer dúvidas que pudesse ter foram completamente afastadas a partir do momento em que o Presidente Valdemar renunciou à sua projetada candidatura pelas razões que invocou e com as quais concordo inteiramente.

Dito isto, reafirmo o que afirmei na tomada de posse. Tive uma grande honra em assumir as funções de Presidente da Assembleia Municipal. Não aceitei essa responsabilidade para fazer carreira, ou obter proveitos. A minha carreira estava feita e foi a que sempre quis. Renunciei a quaisquer benefícios de natureza financeira a que teria direito no âmbito do meu cargo. Renunciei a senhas de presença, deslocações, seguros e o mais que daí pudesse usufruir. Servi a minha TERRA com orgulho e os PEDROGUENSES sabem que estive à altura das minhas responsabilidades. Garanti o bom funcionamento das sessões da Assembleia Municipal, cumpri e fiz cumprir a lei. Respeitei os membros da Assembleia Municipal e os demais membros dos diversos Órgãos da Autarquia, e, sobretudo, respeitei as nossas MULHERES e os nossos HOMENS. Fui independente e determinado na condução dos trabalhos, sendo de realçar que a minha independência se mostrou em muitas circunstâncias e quando, nomeadamente, critiquei o Governo do País da responsabilidade do Partido a que pertenço, do qual sou um dos militantes mais antigos ainda vivo, a propósito de questões de interesse para Pedrógão Grande. Na minha ação, PEDRÓGÃO E OS PEDROGUENSES ESTIVERAM SEMPRE PRIMEIRO. Desejo aos vindouros que façam melhor, para bem de PEDRÓGÃO E DOS PEDROGUENSES.

Agradeço a todos os participantes, a todos os membros da assembleia, aos órgãos de Freguesia, aos órgãos da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, às assembleias de Freguesia toda a ajuda que me deram, que foi inestimável.

Não participei em todas as sessões da Assembleia Municipal. Algumas vezes faltei, não muitas. Mas isso também faz parte da vida. As minhas responsabilidades não se confinaram a ser, exclusivamente, presidente da Assembleia Municipal, tal como ocorre com os demais membros da Assembleia Municipal e, portanto, é natural que haja faltas. As pessoas têm o direito de faltar e ninguém tem o direito de lhes perguntar a razão da falta. Faltar é um direito que lhes assiste. Cada um deve procurar estar presente, mas se não pode estar presente, não está. O mesmo não direi quando nós temos um conjunto de suplentes e não conseguimos preencher as bancadas. Deveria haver um esforço de concertação para que a bancada estivesse sempre completa. Isso sim, porque se um membro não pode estar presente, é substituído por outro e nada acontece de extraordinário; a Democracia não fica prejudicada. Se uma bancada ou outra não está na totalidade presente, e num quadro de igualdade, a Democracia pode ficar prejudicada e isso não é positivo.

Dito isto, sublinho que continuarei a viver Pedrógão e a usufruir desta terra e das muitas amizades que aqui tenho. Felizmente, ainda estão presentes muitos amigos de infância, e abraço todos na pessoa do Joaquim Augusto Torres Simões Palheira, meu colega de escola, o “CHECALETA”, como era alcunhado por todos nós. O “CHECALETA”, infelizmente, tem apresentado uma saúde cada vez mais débil, não está aqui connosco, mas é um grande HOMEM de Pedrógão Grande. Ele foi aquilo que quis ser, ao longo da sua vida, nesta terra. Ele podia ser tudo aquilo que entendesse ser neste território. O Joaquim tem qualidades humanas invulgares, tem profundos sentimentos democráticos, tem uma vida ao serviço dos outros, mesmo muito antes da Democracia. O Joaquim era, provavelmente, a pessoa com quem eu mais falava, quando por aqui vinha, quando o encontrava, aqui, onde hoje é a Casa da Cultura. E lamento muito ver a saúde do Joaquim a reduzir-se a cada dia. Mas há uma coisa que ninguém tira às pessoas que com ele conviveram: os momentos de grande satisfação pessoal, de grande comunhão, de grande partilha e de grande dedicação da parte dele às mulheres e homens desta terra, ao bem-estar desta terra e à Democracia desta terra. O Joaquim é, certamente, a pessoa que eu lamento não estar aqui connosco hoje na última sessão da nossa Assembleia Municipal. Mas deixo-lhe aqui o meu abraço sentido de amizade forte, forte, como fortes são aqueles que sempre conseguiram atravessar as adversidades da vida e vencê-las. Entre esses, o Joaquim é uma referência maior.

Termino desejando uma boa campanha para as eleições que se aproximam e as maiores felicidades para aqueles que vierem a merecer a confiança dos eleitores.

Muito obrigado.”

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia, após a sua intervenção deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal. -----



O **Presidente da Câmara Municipal, Valdemar Gomes Fernandes Alves**, iniciou a sua intervenção cumprimentando a Assembleia Municipal como antigo membro. Disse que fez parte da assembleia municipal durante dezasseis anos, e que tinha uma proposta de reconhecimento, agradecimento e gratidão a Joaquim Augusto Torres Simões Palheira, pelo seu distinto e louvado mérito no desenvolvimento da democracia e da vida das pessoas, a qual solicitava a aprovação pela Assembleia Municipal, que leu e abaixo se transcreve: -----

“Existem personalidades que, pelo seu percurso cívico, merecem o nosso reconhecimento e estima. Joaquim Augusto Torres Simões Palheira é uma dessas personalidades. Homem consensual entre os Pedroguenses, é alguém que prefere trabalhar a convergência, surgindo tantas vezes como uma voz ativa na criação de plataformas de diálogo e a quem muitos escutam pela sua serenidade e exemplo da não abdicação dos seus princípios e valores pessoais e de cidadão.

Disto é exemplo o seu percurso político e cívico. Logo após o alvorear da Democracia na República Portuguesa, iniciou o caminho de mobilização da população pedroguense para a necessidade de todos conhecerem a sua importância e papel no destino político do Concelho e do país, ou seja, de conhecerem os seus direitos e deveres de cidadania. E fê-lo de porta em porta, dando a conhecer aquilo em que acreditava, nunca restringido a liberdade de pensamento do outro, mas consciencializando-o de que cada um, com os seus valores e ideias, poderia contribuir para o desenvolvimento do regime democrático e da qualidade de vida.

É, portanto, homem intrínseco ao crescimento da Democracia em Pedrógão Grande, tendo feito e continuado o seu percurso ao longo de décadas, mas sempre sem abdicar daquilo em que acreditava no seu íntimo, daquilo que acreditava, e acredita, ser o correto, para ele, para os outros, sempre ao lado dos pedroguenses. Foi membro de elencos de Assembleias de Freguesia de Pedrógão Grande. Foi Presidente dessa mesma Junta. E manteve-se sempre como alguém capaz de falar escutando o outro, quer concordasse ou não, ou seja, um homem dialogante sempre crente no facto de que a Democracia é semente que se rega desta forma nos nossos atos. E também neste órgão, ainda hoje, é elemento ativo, Secretário da Assembleia Municipal. É notório em todos os que por aqui passaram e que aqui estão hoje, o quanto respeitam, reconhecem, escutam e admiram Joaquim Augusto Torres Simões Palheira.

Também exemplo da sua intrínseca importância para a Democracia é o seu exercício de atividade associativa, cujo currículo transborda de geração de consensos e desenvolvimento de unanimidade em torno daquilo que importava. Analise-se o seu caminho nas Direções do Recreio Pedroguense, da Casa do Povo e da Filarmónica Pedroguense para se tornar inegável a importância do seu papel para a vitalidade e crescimento destas autênticas Instituições Pedroguenses que, assim, muito devem a este Homem.

Poderia continuar a tecer a descrição sobre o Joaquim Palheira. Mas felizmente, para nossa honra, é nosso contemporâneo. E como tal, todos nós sabemos o seu relevante percurso e valor humano. E é por



tudo isto que considero, e peço, que esta Assembleia Municipal preste por unanimidade o devido Reconhecimento, Agradecimento e Gratidão, a Joaquim Augusto Torres Simões Palheira pelo seu Distinto e Louvado Mérito no desenvolvimento da Democracia e da vida das pessoas.

Assembleia Municipal

Pedrógão Grande, 17 de setembro de 2021

Valdemar Alves"

Continuou a sua intervenção dizendo que aquela seria uma proposta enquanto antigo membro da assembleia municipal, mas que enquanto Presidente da Câmara Municipal tinha uma proposta de reconhecimento, agradecimento e gratidão a Sandra Isabel Nunes Martins, pelo seu distinto e louvado mérito no restabelecimento da ordem nas contas públicas da Câmara Municipal, a qual solicitava a aprovação pela Assembleia Municipal, e que leu e abaixo se transcreve: -----

"No início de 2018, esta Câmara Municipal passou por um período bastante complexo. Na ressaca da catástrofe e em pleno processo de reconstrução do território, constatou-se, na sequência da investigação da Polícia Judiciária aos alegados desvios efetuados por três funcionários da Câmara Municipal, a existência de uma dupla Contabilidade na Câmara Municipal.

Esta situação de dupla contabilidade, acrescida da intensidade de trabalhos exponenciada pelos Incêndios de Junho de 2017, obrigaram a um grande esforço, contínuo e diário, sem olhar a horas extra e fins-de-semana, na estabilização da informação disponível nas aplicações informáticas da autarquia, por forma a garantir a atempada apresentação conta de gerência do ano 2017 aos órgãos municipais.

Em contínuo, a Contabilidade e Finança da Câmara Municipal tinha de ser estabelecida, organizada, numa reengenharia até se retornar à realidade das contas municipais. Houve um empenho enorme de funcionários da Área da Contabilidade para que a realidade fosse conhecida, a ordem estabelecida e a res publica pedroguense conhecesse a sua real cara.

Foram choradas lágrimas de exaustão, esgotadas energias em busca do que parecia ser um cais em mar alto sem fim à vista. Nunca parado o trabalho até estar concluído, alguém se destacou no sentido de dever, responsabilidade, disciplina, método, conhecimento, aprendizagem ao longo do trabalho, autocontrolo, rigor e resiliência.

E continua a destacar-se nestas áreas, sendo um exemplo a ser seguido.

Prova disso foi o empenho e resiliência demonstrado nos últimos dois anos, sendo a única funcionária que se manteve a trabalhar diariamente nas instalações da Câmara Municipal deste o início da pandemia COVID-19, abdicando do conforto e segurança do teletrabalho em prol da estabilidade funcional da autarquia.

Foi ainda neste período que se verificou a implementação de um novo normativo contabilístico, processo de enorme complexidade, tendo sido possível, neste período, proceder à recuperação da

435

Assembleia Municipal de Pedrógão Grande

17-09-2021



informação do património do Município de Pedrógão Grande, inexistente desde a implementação do anterior normativo contabilístico em 2002.

Tudo isto apenas foi possível por mérito próprio, pelas suas qualidades profissionais, as quais são indissociáveis dos seus atributos pessoais e humanos, e que a tornam em alguém que, por resgatar a Câmara Municipal de amarras obscuras ao longo de dias e noites a fio, prestou à população de Pedrógão Grande um serviço público ímpar, digno de registo, respeito e Reconhecimento.

Essa funcionária é a Dr.ª Sandra Isabel Nunes Martins, pessoa que se superou no seu serviço à população e à qual eu, enquanto cidadão e Presidente da Câmara Municipal estou, e estarei, eternamente grato.

À Sandra Isabel Nunes Martins se deve o principal papel no Restabelecimento da ordem nas Contas Públicas da Câmara Municipal, possibilitando assim que esta Instituição do Estado Local continuasse a trabalhar, particularmente num período de tão grande complexidade como o momento pós-junho de 2017.

Assim, considero de inteira e merecida justiça, e peço, que esta Assembleia Municipal, por unanimidade, Reconheça Sandra Isabel Nunes Martins pelo seu Distinto e Louvado Mérito pelo trabalho ímpar desenvolvido na área financeira da Câmara Municipal, num período tão difícil e extremamente complexo, alcançando o objetivo a bem da população e no cumprimento estrito do seu dever público, mostrando a todos como dever, responsabilidade, disciplina, método, conhecimento, aprendizagem ao longo do trabalho, autocontrolo, rigor e resiliência podem fazer a diferença no rumo de um território e da sua população.

Assembleia Municipal

Pedrógão Grande, 17 de setembro de 2021

Valdemar Alves"

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia, retomou a palavra, dizendo que estavam em condições de aceitar as propostas para serem votadas. Referiu se algum Membro da Assembleia Municipal queria se inscrever para discussão, não se tendo verificado qualquer inscrição. --

Posta à votação a proposta de reconhecimento, agradecimento e gratidão a Joaquim Augusto Torres Simões Palheira, pelo seu distinto e louvado mérito no desenvolvimento da democracia e da vida das pessoas, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

Posta à votação a proposta de reconhecimento, agradecimento e gratidão a Sandra Isabel Nunes Martins, pelo seu distinto e louvado mérito no restabelecimento da ordem nas contas públicas da Câmara Municipal, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

A funcionária, **Dra. Sandra Martins**, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Disse que agradecia as palavras proferidas pelo Presidente da Câmara Municipal. Prosseguiu dizendo que sempre tinha sido bem recebida quer pelo Executivo Municipal quer pela Assembleia Municipal. Agradeceu a todos, porque nem sempre é fácil dizer o que se pensa não e que não se tenha conhecimento. Disse que sempre tinha recebido incentivos, mas que também recebeu críticas e que as considerou construtivas. Continuou dizendo que não estaria a ser honesta se não dirigisse uma palavra a todos os colegas que diariamente trabalham consigo, pois existe uma equipa, referindo que sozinha não era nada. Afirmou que muitas vezes o trabalho aparece, mas que era um trabalho de equipa. Agradeceu publicamente a todos os seus colegas de equipa pelo seu trabalho, pelo companheirismo. Continuou a sua intervenção agradecendo ao Presidente da Câmara Municipal, Valdemar Alves quer pelo desafio, quer pelo processo de aprendizagem. Finalizou a sua intervenção dizendo que ao final de onze anos agradecia ao Presidente da Câmara Municipal, Valdemar Gomes Fernandes Alves e à Vereadora Maria Margarida David Lopes Guedes que a sua situação estava regularizada e consolidada.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Tomás Correia, retomou a condução dos trabalhos mencionando que tinham chegado ao fim da ordem de trabalhos. -----

Foi solicitado voto de confiança à mesa para a elaboração da ata e sua aprovação em minuta, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

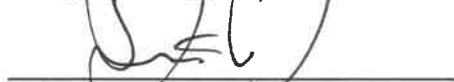
---E, nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta sessão da Assembleia Municipal, pelas dezoito horas e trinta minutos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição



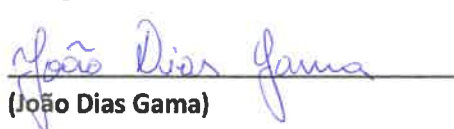
(António Tomás Correia)

O Primeiro Secretário,



(Luís Manuel Piedade David)

O Segundo Secretário,



(João Dias Gama)